



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Direito do Procedimento Administrativo

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Cláudia Monge, 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Desenvolvimento de conhecimentos específicos sobre o regime legal do procedimento administrativo, abrangentes e sólidos, de modo a dotar os alunos de um quadro teórico de relevo em matéria de procedimento administrativo, mas igualmente de uma perspetiva de análise prática e controvertida

Conteúdos programáticos

### Introdução

#### I. Enquadramento

1. Noção e funções do procedimento administrativo
2. O procedimento administrativo à luz da Constituição da República Portuguesa
3. Âmbito de aplicação material e âmbito de aplicação do Código do Procedimento Administrativo
4. Os princípios gerais da atividade administrativa
5. Concretizações práticas dos princípios gerais da atividade administrativa
6. O procedimento geral e os procedimentos especiais – introdução

#### II. Dos órgãos da Administração Pública

1. Da importância das regras de funcionamento dos órgãos no procedimento administrativo
2. Natureza e regime dos órgãos
3. Do funcionamento dos órgãos colegiais
4. Da competência
5. Da delegação de competências
6. Dos conflitos de atribuições e de competência

#### III. Do regime do procedimento

1. O procedimento geral e os procedimentos especiais; o procedimento comum e os procedimentos do ato, do regulamento e do contrato; os procedimentos impugnatórios
2. As fases do procedimento: iniciativa, instrução e extinção



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

3. Da relação jurídica procedimental
  - 3.1 Dos sujeitos do procedimento
  - 3.2 Dos interessados no procedimento e cooperação e boa fé procedimental
  - 3.3 Dos auxílios administrativos
  - 3.4 Das garantias da imparcialidade
4. O responsável pelo procedimento e da adequação e da celeridade procedimentais
5. Os acordos endoprocedimentais
6. O princípio do inquisitório e o regime de prova
7. Direitos dos administrados
  - 7.1 Da participação no procedimento e consulta pública, da audiência dos interessados
  - 7.2 Do direito à informação
  - 7.3 Do direito de acesso
  - 7.4 Do direito de impugnação – remissão
8. Da conferência procedimental
9. Dos prazos
10. Das medidas provisórias
11. Dos pareceres

#### **IV. Regime específico do procedimento do regulamento e regime substantivo**

1. Conceito de regulamento
2. A competência regulamentar
3. Formalidades e forma dos regulamentos
4. Validade e eficácia dos regulamentos: regime de vícios e desvalores
5. Caducidade e revogação dos regulamentos

#### **V. Regime específico do procedimento do ato administrativo e regime substantivo**

1. Do carácter controvertido do conceito de ato administrativo
2. Procedimento declarativo
3. Procedimento de execução do ato administrativo
4. Eficácia dos atos administrativos
5. Os desvalores jurídicos do ato administrativo e o seu regime
6. Da revogação e da anulação administrativas;
7. A sanação, ratificação, reforma e conversão do ato inválido
8. A modificação dos atos administrativos
9. Da execução dos atos administrativos
10. Da reclamação e dos recursos administrativos



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## VI. O regime específico dos contratos da administração

1. Dos contratos da Administração Pública; conceito de contratos administrativos
2. Regime procedimental

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos prosseguem os adequados fundamentos teóricos e os necessários instrumentos práticos para a realização dos objetivos visados para a disciplina.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas serão teórico-práticas. A par da exposição de conteúdos, atento o regime legal aplicável, pela regente, será promovida a participação dos alunos. Serão disponibilizados materiais, para estudo de casos e análise jurisprudencial, de modo a desenvolver a análise crítica e a discussão prática dos conteúdos teóricos versados. Será igualmente promovida a realização de debates e a apresentação de trabalhos individuais.

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Apresentação oral de temas do programa e intervenção nas aulas e em debates (20%);
- Apresentação oral de trabalho individual (15%)
- Apresentação de trabalho escrito (10 páginas) (15%)
- Exame escrito (50%)

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O método teórico-prático é adequado à exposição dos fundamentos teóricos e à aprendizagem dos necessários instrumentos práticos para a realização dos objetivos da disciplina. A avaliação em contexto de aula, conjugada com a avaliação escrita, permite com coerência a verificação da aprendizagem de acordo com os objetivos gizados. A promoção do trabalho em aula, de preparação de temas, exposições e debates e a preparação de trabalho escrito auxiliam ao desenvolvimento de competências de investigação e ao aprofundamento de conhecimentos adequados a um aluno de mestrado.

Bibliografia principal

- AA. VV. (COORD. CARLA AMADO GOMES, ANA NEVES, TIAGO SERRÃO), *Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo, Volume I*, Lisboa, AAFDL Editora, 4.ª edição, 2018;
  - *Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo, Volume II*, Lisboa, AAFDL Editora, 4.ª edição, 2018;
- AA. VV. (F. DE QUADROS, M. GLÓRIA GARCIA, R. MACHETE, J.C. VIEIRA DE ANDRADE, M. AROSO DE ALMEIDA, J. SÉRVULO CORREIA, J. M. SARDINHA, A. POLÍBIO HENRIQUES), *Comentários à Revisão do CPA*, Almedina, Coimbra 2016;
- AA. VV. (ORG. GONÇALO CARRILHO) – *Procedimento administrativo e tutela de interesses de terceiros*, AAFDL, Lisboa, 2018;
- AA. VV. (ALEXANDRE SOUSA PINHEIRO, TIAGO SERRÃO, MARCO CALDEIRA, JOSÉ COIMBRA) – *Questões Fundamentais para a Aplicação do CPA*, Coimbra, Almedina, 2017;
- AA. VV. (Centro de Estudos Judiciários), “*O Novo Código do Procedimento Administrativo*”, *Conferências do CEJ 2014-2015*; Coleção: Formação Contínua. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016, disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao\\_cpa.php](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao_cpa.php),
- AA. VV. (M. ESTEVES DE OLIVEIRA, J. PACHECO AMORIM, P. COSTA GONÇALVES) – *Código do Procedimento Administrativo Comentado*, 2.ª edição, 8.ª reimpressão, Almedina, Coimbra, 2010;
- AMARAL, DIOGO FREITAS DO - *Curso de Direito Administrativo*, II, 4.ª edição, Almedina, Coimbra, 2018;
- ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE - *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 2018;
- CORREIA, JORGE ALVES / VICENTE, CONCEIÇÃO - “Regulamentos e ponderação de custos e benefícios (art. 99.º do CPA): âmbito e metodologia”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 117 (maio-jun. 2016), pp. 3-21.
- CORREIA, J. SÉRVULO - “O Direito Administrativo Atual: Traços Identitários”, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro*



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- Presidente Rui Moura Ramos Volume II*, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 881-902;
- “Conferência Procedimental: Fontes e Opções”, in *Liber Amicorum de Fausto de Quadros, II*, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 17-43;
  - DUARTE, DAVID - *A Norma de Legalidade Procedimental Administrativa – A Teoria da Norma e a Criação de Normas de Decisão na Discricionariedade Instrutória*, Almedina, Coimbra, 2006;
  - FREITAS, LOURENÇO VILHENA – *Direito do Procedimento Administrativo e Formas de Actuação da Administração – Parte Geral*, AAFDL, Lisboa, 2016;
  - MARQUES, FRANCISCO PAES - *As Relações Jurídicas Administrativas Multipolares*, Almedina, Coimbra, 2011;
  - OTERO PAULO – *Legalidade e Administração Pública – O sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, Almedina, Coimbra, 2017;
    - *Direito do Procedimento Administrativo, I*, Almedina, Coimbra, 2016;
  - SOUSA, MARCELO REBELO DE / ANDRÉ SALGADO DE MATOS - *Direito Administrativo Geral, Tomo I – Introdução e Princípios Fundamentais*, 3.<sup>a</sup> edição, Dom Quixote, Lisboa, 2008;
    - *Direito Administrativo Geral, Tomo III – Actividade Administrativa*, 2.<sup>a</sup> edição, Dom Quixote, Lisboa, 2006.

## Curricular unit sheet

### Course

#### Curricular unit

Law of Administrative Procedure

#### Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Cláudia Monge – 2 hours

#### Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Not applicable

#### Learning outcomes of the curricular unit

Development of specific and comprehensive knowledge of the legal regime of administrative procedure in order to provide students with a relevant theoretical framework for administrative procedure, but also with a perspective of practical and controversial analysis.

#### Syllabus

##### Introduction

##### **I. Framework**

1. Concept and functions of the administrative procedure
  2. The administrative procedure under the Constitution of the Portuguese Republic
  3. Material scope and scope of the Code of Administrative Procedure
  4. The general principles of administrative activity
  5. Practical achievements of the general principles of administrative activity
  6. The general procedure and the special procedures - introduction
- material and scope of the Code of Administrative Procedure

##### **II. Bodies of public administration**

1. The importance of the rules governing the functioning of bodies of public administration in administrative procedure
2. Nature and regime of bodies of public administration
3. The functioning of collegiate bodies



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

4. Competence
5. The delegation of powers
6. Conflicts of attributions and competence

### **III. The administrative procedure**

1. The general procedure and the special procedures; the common procedure and the act, regulation and contract procedures; the challenge procedures
2. The phases the procedure: initiative, instruction and extinction and termination
3. The procedural legal relationship
  - 3.1 The subjects of the procedure
  - 3.2 Interested parties in procedure and cooperation and good procedural faith
  - 3.3 Administrative aid
  - 3.4 Guarantees of impartiality
4. The person responsible for the procedure and the appropriateness and speed of procedure
5. Endoprocedural agreements
6. The inquisitorial principle and the regime of proof
7. Rights of administrators
  - 7.1 Participation in the procedure and public consultation, hearing of interested parties
  - 7.2 Right to information
  - 7.3 Right of access
  - 7.4 Right to challenge - reference
8. The procedural conference
9. Terms
10. Provisional measures
11. Opinions

### **IV. Specific regime of regulation procedure and substantive regime**

1. Concept of regulation
2. Regulatory competence
3. Formalities and form of regulations
4. Validity and effectiveness of regulations: addition and devaluation regime
5. Expiry and revocation of regulations

### **V. Specific rules of procedure of the administrative act and substantive procedure**

1. The contested character of the concept of administrative act
2. Declarative procedure
3. Procedure for the execution of the administrative act
4. Effectiveness of administrative acts
5. The legal negative values of the administrative act and its regime
6. The administrative revocation and annulment;
7. The healing, ratification, reformation and conversion of the invalid act
8. Modification of administrative acts
9. Implementation of administrative acts
10. Complaint and administrative appeals

### **VI. The specific regime of administration contracts**

1. Public Administration contracts; concept of administrative contracts
2. Procedural Regime

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The syllabus pursues the appropriate theoretical foundations and the necessary practical tools to achieve the objectives aimed at the course.

### **Teaching methodologies (including evaluation)**

Classes will be theoretical and practical. In addition to the content exhibition, considering the applicable legal regime, the conductor will promote student participation. Materials will be available for case study and jurisprudential



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

analysis, in order to develop critical analysis and practical discussion of the theoretical contents. Discussions and the presentation of individual works will also be promoted.

The assessment is based on the following elements:

- Oral presentation of program themes and intervention in class and discussion (20%);
- Oral presentation of individual work (15%)
- Presentation of written work (10 pages) (15%)
- Written exam (50%)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The theoretical-practical method is adequate to the exposition of the theoretical foundations and the learning of the necessary practical instruments for the accomplishment of the objectives of the discipline. The assessment in the context of the classroom, combined with the written assessment, allows coherently the verification of learning in accordance with the objectives set. The promotion of classroom work, the preparation of topics, exhibitions and debates and the preparation of written work help to develop research skills and deepen knowledge appropriate to a master student.

### Main Bibliography

- AA. VV. (COORD. CARLA AMADO GOMES, ANA NEVES, TIAGO SERRÃO), *Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo, Volume I*, Lisboa, AAFDL Editora, 4.<sup>a</sup> edição, 2018;
  - *Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo, Volume II*, Lisboa, AAFDL Editora, 4.<sup>a</sup> edição, 2018;
- AA. VV. (F. DE QUADROS, M. GLÓRIA GARCIA, R. MACHETE, J.C. VIEIRA DE ANDRADE, M. AROSO DE ALMEIDA, J. SÉRVULO CORREIA, J. M. SARDINHA, A. POLÍBIO HENRIQUES), *Comentários à Revisão do CPA*, Almedina, Coimbra 2016;
- AA. VV. (ORG. GONÇALO CARRILHO) - *Procedimento administrativo e tutela de interesses de terceiros*, AAFDL, Lisboa, 2018;
- AA. VV. (ALEXANDRE SOUSA PINHEIRO, TIAGO SERRÃO, MARCO CALDEIRA, JOSÉ COIMBRA) - *Questões Fundamentais para a Aplicação do CPA*, Coimbra, Almedina, 2017;
- AA. VV. (Centro de Estudos Judiciários), "*O Novo Código do Procedimento Administrativo*", *Conferências do CEJ 2014-2015*; Coleção: Formação Contínua. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016, disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao\\_cpa.php](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao_cpa.php),
- AA. VV. (M. ESTEVES DE OLIVEIRA, J. PACHECO AMORIM, P. COSTA GONÇALVES) - *Código do Procedimento Administrativo Comentado*, 2.<sup>a</sup> edição, 8.<sup>a</sup> reimpressão, Almedina, Coimbra, 2010;
- AMARAL, DIOGO FREITAS DO - *Curso de Direito Administrativo*, II, 4.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2018;
- ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE - *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 5.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2018;
- CORREIA, JORGE ALVES / VICENTE, CONCEIÇÃO - "Regulamentos e ponderação de custos e benefícios (art. 99.<sup>o</sup> do CPA): âmbito e metodologia", in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 117 (maio-jun. 2016), pp. 3-21.
- CORREIA, J. SÉRVULO - "O Direito Administrativo Atual: Traços Identitários", in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos Volume II*, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 881-902;
  - "Conferência Procedimental: Fontes e Opções", in *Liber Amicorum de Fausto de Quadros, II*, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 17-43;
- DUARTE, DAVID - *A Norma de Legalidade Procedimental Administrativa - A Teoria da Norma e a Criação de Normas de Decisão na Discricionariedade Instrutória*, Almedina, Coimbra, 2006;
- FREITAS, LOURENÇO VILHENA - *Direito do Procedimento Administrativo e Formas de Actuação da Administração - Parte Geral*, AAFDL, Lisboa, 2016;
- MARQUES, FRANCISCO PAES - *As Relações Jurídicas Administrativas Multipolares*, Almedina, Coimbra, 2011;
- OTERO PAULO - *Legalidade e Administração Pública - O sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, Almedina, Coimbra, 2017;
  - *Direito do Procedimento Administrativo, I*, Almedina, Coimbra, 2016;
- SOUSA, MARCELO REBELO DE / ANDRÉ SALGADO DE MATOS - *Direito Administrativo Geral, Tomo I - Introdução e Princípios Fundamentais*, 3.<sup>a</sup> edição, Dom Quixote, Lisboa, 2008;
  - *Direito Administrativo Geral, Tomo III - Actividade Administrativa*, 2.<sup>a</sup> edição, Dom Quixote, Lisboa, 2006.